

CELESC

TRABALHADORES MOBILIZADOS PELA REALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO



Nesta semana os sindicatos que compõem a Intercel mobilizaram os trabalhadores para a luta em defesa da continuidade da Celesc. A ameaça à realização do Concurso Público não apenas põe em xeque o futuro da empresa, dos trabalhadores da ativa, mas também dos companheiros aposentados e dos inscritos no Plano de Demissão Voluntária (PDV), que tem as primeiras saídas marcadas para este mês.

Desde o início das discussões para a aprovação do PDV, os sindicatos da Intercel lutam pela realização de um Concurso Público para a recomposição do quadro de pessoal da empresa, visando a manutenção do atendimento de qualidade à sociedade e o respeito aos trabalhadores. A ata do Conselho de Administração que aprovou o PDV prevê que o edital do concurso seja apresentado e aprovado pelos conselheiros.

A época, o Representante dos Empregados no CA, Jair Maurino Fonseca, manifestou-se contrário à exigência, pois a mesma trazia junto a segregação de direitos. A segregação foi derubada no ACT 2012/13, com o compromisso dos sindicatos da Intercel de discutirem toda a política de recursos humanos da empresa. Dessa forma não restou nenhum empecilho para que o concurso fosse realizado.

Onde está o edital?

A produção do edital é de responsabilidade da Diretoria de Gestão, que vêm atrasando o processo. A primeira data definida para a realização do concurso seria de 20 de novembro, com as admissões programadas para janeiro de 2013. O prazo hábil passou e nova data foi estabelecida: 9 de dezembro seriam realizadas as provas e janeiro continuaria sendo o mês das convocações. Para que o prazo fosse mantido, o Concurso Público deveria constar na pauta da reunião do Conselho de Administração desta quinta-feira. **E não consta.**

Previ novamente...

Novamente a PREVI é protagonista de uma política que apenas visa o lucro em detrimento dos bons serviços prestados à sociedade. O processo de lançamento do concurso público está parado, pois conselheiros da PREVI, que acompanharam a negociação do ACT, pressionando pela segregação e pela retirada de direitos, agora retornam com insinuações de que ideologicamente não concordavam com o que foi definido. Levantam dúvidas inclusive sobre ACT assinado, que vale lembrar tem a caneta do Diretor de Planejamento, que unicamente está no cargo por indicação da PREVI.

As ameaças

Um dos cenários que se apresenta é de que o concurso não deve sair mais este ano e que apenas 30% da força de trabalho deve estar na ativa em 2013. Companheiros já denunciaram que questionamentos sobre a possibilidade de fechamento de escritórios com pessoal próprio em favor da terceirização andam sendo feitos às regionais.

Ou seja, atrasando o concurso público a saída encontrada pela diretoria da empresa em conluio com os acionistas minoritários e anuência do Governo do Estado é a terceirização maciça na Celesc. A mesma terceirização que precariza as condições de trabalho, diminui os benefícios sociais e salariais, piora a qualidade do serviço prestado à população e expõe o trabalhador à riscos de saúde e segurança. Vale lembrar que nos últimos 4 meses ocorreram vários acidentes gravíssimos com trabalhadores terceirizados, sendo que dois perderam a vida.

Outra situação crítica é a ameaça ao PDV. O Ministério Público do Trabalho (MPT) encaminhou à Celesc uma carta recomendatória para que a empresa contrate trabalhadores através de concurso público, pois o atual efetivo já é insuficiente para atender às necessidades da sociedade, respeitando as leis trabalhistas. Se a Celesc não admitir trabalhadores, repondo o quadro de pessoal, é muito provável que o MPT ajuíze ação para a suspensão do plano, visando os interesses da sociedade catarinense.

Diretoria promete, mas não resolve

Na quarta-feira pela manhã a Celesc encaminhou uma Comunicação Interna alegando que "o concurso público para contratação dos novos empregados, conforme previsto na aprovação do PDV, já está na pauta da reunião do Conselho de Administração do dia 11 de dezembro. Porém, com a intenção de agilizar o tema, a Diretoria está buscando o agendamento de reunião extraordinária exclusiva ainda no mês de novembro". Os sindicatos da Intercel têm certeza que a manifestação da empresa apenas se deu pela mobilização dos trabalhadores. Além disso, consideramos imperativo que o concurso seja realizado ainda este ano e, dessa forma, a data de 11 de dezembro não resolve o problema. **É por isso que hoje, quinta-feira, os trabalhadores de todo estado estão reunidos na sede da empresa na luta pela realização do concurso e pelo futuro da Celesc Pública! Vamos à Luta!**



TRACTEBEL

Auxílio Creche na Tractebel

Há anos os trabalhadores(as) da Tractebel reivindicam que o auxílio creche seja estendido a todos que trabalham na empresa e que tenham filhos até 6 anos. Por isso causou surpresa mais uma vez o auxílio ser mencionado na Revista Exame como destaque na política de benefícios da empresa. Os sindicatos da Intersul nunca duvidaram que o benefício fosse ótimo, no entanto, seu alcance é limitado a menos de 20 pessoas, deixando de fora cerca de 200 empregados pelo simples fato de serem homens. Temos insistido nas reuniões com a empresa que o auxílio deve estar vinculado a criança e não ao sexo do empregado, pois se trata de oportunizar a todos os filhos uma mesma condição de benefício, situação já reconhecida em inúmeros acordos coletivos como os da Eletrosul e da Celesc.

Quase sempre os argumentos da empresa para justificar a limitação do auxílio é a proteção da mulher. Temos insistido que nos dias atuais, a responsabilidade pelos cuidados dos filhos é muito mais compartilhada, até pelo fato de que grande parte das mulheres compõe o mercado de trabalho, situação bem distinta daquela quando o benefício foi criado. Assim, nada mais justo que o olhar do benefício passe a ser a criança.

Não há dúvida entre os dirigentes da Intersul de que a categoria compartilha desse pensamento. Vale mencionar que na última pesquisa, o auxílio creche foi o item mais lembrado como aquele que deveria ser conquistado na negociação, com cerca de 80 citações. Na mesma linha também foi bastante citado a criação do auxílio estudante para dependentes. Em razão disso, na última rodada de negociação a Intersul sugeriu unificar em um benefício esses dois itens (creche e estudante) criando um benefício que serviriam tanto como auxílio creche quanto estudantil aos dependentes. Assim, além de todos os trabalhadores (as) com dependentes passarem a receber o auxílio, as empregadas mães não perderiam o auxílio creche quando a criança alcançasse a idade escolar.

Os dirigentes da Intersul avaliam que a empresa deva começar a escutar mais as reivindicações dos trabalhadores(as) transformando em realidade a todos aquilo que só existe na Revista Exame.

SETOR ELÉTRICO

Visão dos trabalhadores é apresentada em Audiência Pública da MP 579



Desde o início das discussões sobre a Renovação das Concessões de Energia Elétrica os trabalhadores têm reivindicado o espaço para apresentar a sua visão.

Os sindicatos da Intercel e da Intersul participaram ativamente dos debates junto com a Plataforma Operária e Camponesa para Energia, entidade que reúne sindicatos e movimentos sociais na defesa das empresas públicas de energia e na produção de energia elétrica de qualidade, voltada ao bom atendimento das necessidades da sociedade brasileira.

Com o anúncio da MP 579, as atividades se intensificaram na busca por "ajustes" que contemplem a valorização e reconhecimento dos trabalhadores e a redução de tarifas em nível maior aos consumidores residenciais. Na última edição do Linha Viva noticiamos as atividades dos representantes da Intercel e da Intersul na Plataforma, junto aos Deputados Federais, em Brasília.

Nesta quarta-feira, dia 7, mais um passo foi dado na luta dos trabalhadores. O presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores expôs as propostas dos trabalhadores na 1ª audiência pública da MP 579, que recebeu 431 propostas de emenda. As emendas serão analisadas pela comissão Mista da MP 579 e, dentre elas, as

de maior interesse aos trabalhadores: a proibição da terceirização da atividade-fim e a Renovação das Concessões por mais de um período.

Intercel
Intersindical dos eletricitários de Santa Catarina

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC
Jornalista responsável: **Paulo Guilherme Horn (SRTE/SC 3489) | Conselho Editorial: Amilca Colombo**
Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC | CEP 89206-000 | Fone (047) 3028-2161
E-mail: sindsc@terra.com.br | Site: www.sindinorte.org
As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

CELESC

Intercel reúne Comissões de Gestão e Resultados



pontos positivos e negativos para o alcance das metas e como o trabalho vem sendo realizado nas agências.

Na parte final da reunião foi feito um trabalho em grupo onde foram apresentadas propostas para melhorar o funcionamento das comissões e a elaboração dos contratos de resultado. A reunião evidenciou que é muito diferenciada a atuação em cada agência e que o modelo tem que ser assumido pela direção da empresa. Há um sentimento de abandono da direção da Celesc em relação às comissões e isso repercute na falta de discussão na elaboração dos indicadores e na definição das metas. O grupo avaliou como problema a falta de informações, o atraso na atualização dos dados e o gerenciamento pela empresa do funcionamento das comissões. Alguns indicadores foram considerados sem utilidade, em outros não há

nenhuma possibilidade de gerenciamento nas agências e, na maioria, a estrutura existente é completamente incompatível com a meta estipulada, revelando um claro distanciamento de quem elabora os contratos com a realidade dos locais de trabalho. Como um dos encaminhamentos da reunião, a partir do relatório da atividade, a Intercel estará procurando a direção da Celesc para discutir a atual situação das comissões. O objetivo é criar espaços de negociação com as comissões para que haja aderência entre os objetivos da empresa e a realidade dos locais de trabalho. Somente assim a gestão de fato se tornará participativa podendo os contratos assumir maior relevância na gestão da empresa.

SETOR ELÉTRICO

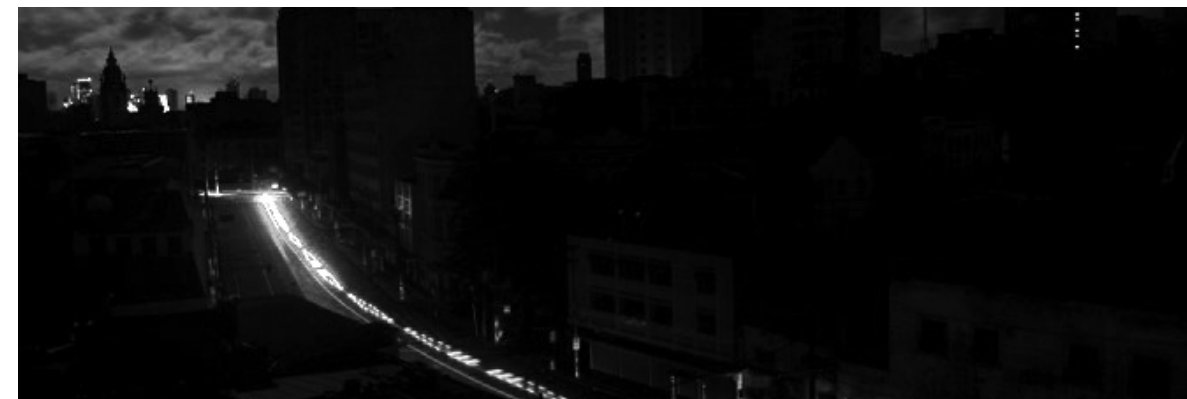
Desligamento em empresa privada: Dois pesos e duas medidas

No dia 25 de outubro, nove estados da região Nordeste brasileira sofreram com um apagão de energia elétrica, ocasionado por um desligamento na subestação da Taesa, no Tocantins. Nos comunicados subsequentes ao apagão, o Governo Federal e a Agência Nacional de Energia Elétrica encontrou diversas justificativas para o problema, desde sabotagem por conta da MP 579 até raios e falha humana na Chesf ou Eletronorte.

O fato é que em momento algum o Governo e a Aneel esclareceram à população o verdadeiro motivo do apagão: a precarização dos serviços prestados pela empresa à população nordestina. Ninguém disse que a subestação da Taesa no Tocantins é abandonada, ou seja, não existem operadores trabalhando nela e seu controle é feito em Brasília. Além disso, o escritório da empresa fica em São Paulo. Dessa forma, na região afetada pela falta de energia não há sequer um trabalhador da Taesa.

Segundo o Boletim da Federação Nacional dos Urbanitários, o apagão foi causado pelo incêndio em uma chave seccionadora, ocasionado por curto-circuito, decorrente de "ponto quente". Esta situação leva muito tempo até provocar a ignição que gerou o incêndio e seria facilmente detectada e corrigida com a manutenção preditiva (termovisão) que identificaria a não conformidade, dando aos trabalhadores plenas condições de sanar o problemas sem transtornos à população. Outro agravante do abandono da subestação foi o fato de que, a proteção à distância, que foi "ajustada" uma semana antes do apagão, não funcionou. Não funcionou porque a Taesa ignorou os procedimentos básicos e não fez os "ensaios", ficando sem nenhuma segurança sobre o funcionamento do equipamento.

Segundo relato da FNU, há outra hipótese, muito mais grave: da TAESA saber que as duas cadeias de proteção estavam fora de serviço. Nesse caso, a linha teria que ser desligada até que a proteção fosse normalizada. Acontece que com este desligamento a empresa teria um grande prejuízo e



por isso, supostamente não solicitou desligamento ao Operador Nacional do Sistema. Neste caso a FNU manifesta a seguinte posição: "possibilidade essa na qual preferimos não acreditar, pois iria se caracterizar como má fé e de uma irresponsabilidade muito grande, pois colocaria em risco todo Sistema Elétrico brasileiro".

O fato concreto é que a demora para o restabelecimento da energia elétrica nos estados do nordeste foi consequência de uma política que apenas visa o lucro, eliminando postos de trabalho e precarizando o fornecimento de energia de qualidade à sociedade brasileira. Há ainda a possibilidade que novos apagões possam ocorrer.

Outro fato que preocupa os trabalhadores é a postura da Aneel diante do fato. Até o momento não foi aplicada nenhuma punição à Taesa. Lembramos que quando ocorrem problemas de porte muito menor em empresas públicas é prática da agência a aplicação de punições pesadas.

CELESC

Ultima audiência de saúde e segurança

Dia 06 de novembro ocorreu a última audiência da Ação civil Pública de Saúde e Segurança (ACP 2786) no Tribunal de Justiça do Trabalho, em Florianópolis. A ação foi ajuizada em 2009, referente ao não cumprimento da legislação por parte da Celesc, colocando em risco os trabalhadores próprios e terceirizados.

Nesta audiência de conciliação a empresa apresentou ao procurador do MPT e aos sindicatos da Intercel a proposta de acordo (que já deveria ter sido apresentada na audiência de agosto, quando pediu mais 60 dias de prazo).

O procurador não concordou com os valores apresentados pela Celesc, afirmando que não estava descrito o combinado anteriormente. A empresa solicitou mais dez dias para refazer a proposta. O juiz concedeu o prazo, mas ficou definido que não haverá uma próxima audiência.

A Celesc deverá acrescentar sua proposta no processo para que a juíza dê a sentença nos próximos vinte dias.

Os sindicatos componentes da Intercel e os trabalhadores da empresa aguardam ansiosos pela sentença e por mudanças urgentes na segurança da Celesc. Já passou do tempo da empresa tratar a saúde e segurança do trabalhador como prioridade e, o primeiro passo para um futuro onde os celesquianos possam desenvolver suas atividades com dignidade é o cumprimento da legislação e a revisão e aplicação das próprias normas de segurança.

O ano em que sonhamos perigosamente



Este novo livro do filósofo esloveno Slavoj Žižek, lançado no Brasil pela Boitempo Editorial, oferece uma análise crítica de 2011, “o ano em que sonhamos perigosamente”, como já aponta o título, e no qual emergiu uma série de mobilizações globais de caráter contestatório. A obra dá continuidade ao trabalho de reelaboração teórica já anunciado nos livros “Em defesa das causas perdidas” e “Vivendo no fim dos tempos”. Invocando a expressão persa *war nam nihadan* – “matar uma pessoa, enterrar o corpo e plantar flores sobre a cova para escondê-la” – a fim de descrever o atual processo de neutralização desses acontecimentos e seus significados, Žižek coloca-se diante da difícil tarefa de pensar a conjuntura global sob uma perspectiva renovadora. Por isso, tem sido considerado um dos mais originais e provocativos teóricos da contemporaneidade.

A forma aberta e o estilo ensaístico despojado desta coletânea de oito ensaios sustentam o obtuso equilíbrio entre uma articulação interdisciplinar e o que o jornalista Ivan Marsiglia, que assina a orelha do livro, descreve como a “ousadia de uma abordagem totalizante da realidade social, em tempos de saberes hiperespecializados”. Não é à toa que o livro remete também ao complexo conceito de “mapeamento cognitivo” desenvolvido por Fredric Jameson, um dos expoentes atuais desta tradição teórica.

Os dois ensaios iniciais, “Da dominação à exploração e à revolta” e “O ‘trabalho de sonho’ da representação política”, tecem justamente considerações sobre o capitalismo atual e apresentam o desenvolvimento de uma teoria global dos impasses da representação ideológico-política. Já os quatro ensaios centrais “O retorno da má coisa étnica”; “Bem-vindo ao deserto da pós-ideologia”; “Inverno, primavera, verão e outono árabes”; e “Occupy Wall Street, ou o silêncio violento de um novo começo” concentram-se na análise detida dos diversos movimentos que marcaram 2011.

Sua análise esquadrinha tanto o que chama de “sonhos emancipatórios” (Primavera Árabe, Occupy Wall Street, levantes em Londres e Atenas) como os “sonhos destrutivos” que motivaram, por exemplo, a chacina de Anders Breivik, na Noruega, e outros movimentos racistas e ufanistas que eclodiram por toda a Europa. O desafio está em situar a multiplicidade dos acontecimentos no interior do campo de forças produzido pelo capitalismo. “Para decifrar a ‘circulação autopropulsora do capital’, que hoje prescinde até da burguesia e dos trabalhadores, Žižek reafirma, em termos freudianos, a ideia de luta de classes: assim como diz Freud a respeito da sexualidade, não é que tudo se resuma à luta de classes, mas a luta de classes se faz presente em tudo”, interpreta Marsiglia.

Os ensaios “The Wire, ou O que fazer em épocas não eventivas” e “Para além da inveja e do ressentimento” refletem, a partir da cultuada série americana *The Wire* e de uma análise mais detida do pensamento do filósofo Peter Sloterdijk, sobre o desafio de combater o sistema sem contribuir para aprimorar seu funcionamento. Por fim, em “Sinais do futuro” Žižek anuncia um descontentamento subterrâneo em marcha e, prevendo uma nova onda de revoltas, situa o ano de 2012 em um presente que guarda o potencial oculto de um futuro utópico, manifesto em fragmentos limitados, distorcidos e até perversos.



Slavoj Žižek
O ano em que
sonhamos
perigosamente

Trecho do Livro

Marx descreveu a má circulação do capital, que se aperfeiçoa e cujo caminho solipsista da autofecundação chega ao apogeu nas especulações metarreflexivas da atualidade sobre os futuros. É simplista demais afirmar que o espectro desse monstro que se aperfeiçoa e segue seu caminho negligenciando qualquer preocupação humana ou ambiental seja uma abstração ideológica, e que por trás dessa abstração haja pessoas reais e objetos naturais em cujos recursos e capacidades produtivas se baseia a circulação do capital e dos quais o capital se alimenta como um parasita gigante.

O problema é que, além de estar em nossa má percepção da realidade social da especulação financeira, essa abstração é real no sentido preciso de determinar a estrutura dos processos sociais materiais: o destino de todas as camadas da população, e por vezes de países inteiros, pode ser decidido pela dança especulativa solipsista do capital, que persegue seu objetivo de lucratividade com uma indiferença abençoada em relação ao modo como seu movimento afetará a realidade social.”

